

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
AP Energias Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AP Energias Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AP Energias Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em início de suas operações e vem apresentando sucessivos prejuízos desde a sua constituição, necessitando de aportes de capital por parte dos acionistas para que possa equilibrar seu fluxo financeiro, permitindo atingir seus objetivos. Nesse contexto, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão da reposição do fluxo de caixa e, também, da readequação do resultado financeiro. As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais ou consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de maio de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	611.886	405.705	Fornecedores		3.375	2.584
Adiantamentos a fornecedores		3.375	3.000	Obrigações tributárias	8	461.768	1.238
Impostos a recuperar	6	175.966	168.420	Debêntures	9	7.362.883	23.785.717
		<u>791.227</u>	<u>577.125</u>			<u>7.828.026</u>	<u>23.789.539</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicação Renda Fixa - LFT	7	129.524.415	114.283.802	Debêntures	9	127.702.796	111.575.381
		<u>129.524.415</u>	<u>114.283.802</u>			<u>127.702.796</u>	<u>111.575.381</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	38.010.000	5.010.000
				(-) Capital a integralizar		(2.000.000)	(901.437)
				Prejuízos acumulados		(41.225.180)	(24.612.557)
						<u>(5.215.180)</u>	<u>(20.503.994)</u>
Total do ativo		<u><u>130.315.642</u></u>	<u><u>114.860.926</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>130.315.642</u></u>	<u><u>114.860.926</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2023	2022
(-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(121.139)	(1.441.114)
Total das despesas operacionais		(121.139)	(1.441.114)
Receitas financeiras		14.718.585	4.896.201
Despesas financeiras		(31.210.069)	(28.067.644)
(=) Resultado financeiro líquido	15	(16.491.484)	(23.171.443)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(16.612.623)	(24.612.557)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	<u>(16.612.623)</u>	<u>(24.612.557)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(16.612.623)</u></u>	<u><u>(24.612.557)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital	5.010.000	(901.437)	-	4.108.563
Prejuízo do exercício	-	-	(24.612.557)	(24.612.557)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.010.000	(901.437)	(24.612.557)	(20.503.994)
Aumento de Capital	33.000.000	(1.098.563)	-	31.901.437
Prejuízo do exercício	-	-	(16.612.623)	(16.612.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.010.000	(2.000.000)	(41.225.180)	(5.215.180)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(16.612.623)	(24.612.557)
Ajustes ao prejuízo do exercício			
Juros incorridos s/ debêntures	11	31.062.379	27.983.729
Resultado do exercício ajustado		14.449.756	3.371.172
Varição em:			
Adiantamentos		(375)	(3.000)
Impostos a recuperar	6	(7.547)	(168.420)
Fornecedores		791	2.584
Obrigações tributárias	8	460.530	1.238
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		14.903.155	3.203.574
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Renda Fixa - LFT	5	(15.240.613)	(114.283.802)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(15.240.613)	(114.283.802)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	10	31.901.437	4.098.563
Captação de recursos Debêntures	9	-	112.000.000
Liquidação de debêntures	9	(31.357.797)	(4.622.631)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		543.640	111.475.932
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		206.181	395.705
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	405.705	10.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	611.886	405.705
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		206.181	395.705

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A AP Energia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Santo Amaro, 48 Cj, 61, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades comerciais ou civis, seja como sócia, quotistas ou acionista. A Companhia foi constituída em 22 de dezembro de 2021 e tem prazo indeterminado de duração.

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 16.612.623 (R\$ 24.612.557 em 2022) e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$ 7.036.799 (R\$ 23.212.414 em 2022).

Os prejuízos apresentados, devem-se, principalmente, às despesas financeiras das debêntures da 1ª emissão de debêntures de Companhia, conforme nota explicativa nº11 abaixo.

A empresa foi constituída no âmbito da operação de investimento do AP Energias Renováveis FIP (“FIP AP” ou “Fundo”) na Renova Energia S.A. - em Recuperação Judicial (“Renova”), cuja participação foi adquirida junto à Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig”) em maio de 2022. No contexto da referida operação o Fundo e a Companhia coobrigaram-se perante a Cemig pela constituição de conta Escrow, a qual foi constituída pela Companhia e colocada à disposição da Cemig. O Fundo por sua vez é fiador das debêntures que foram emitidas pela Companhia para a constituição da referida conta Escrow e também concedeu alienação fiduciária das ações que detém da Renova em constituição de garantia no âmbito da emissão das referidas debêntures.

Tendo em vista que, conforme mencionado acima, a Companhia foi criada para viabilizar a constituição de uma garantia (a conta Escrow) que decorre diretamente da operação de investimento feita pelo FIP AP quando da aquisição de participação na Renova, e que o plano de negócio da Companhia baseia-se na premissa de que os recursos para pagamento dos serviços de dívida das debêntures serão aportados pelo FIP AP, acionista controlador da Companhia e avalista das debêntures emitidas pela Companhia, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

- a) Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 28 de maio de 2024.

- b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

- c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

- d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se a:

- Nota Explicativa nº 07 - Aplicação de Renda Fixa - LFT;
- Nota Explicativa nº 11 - Debêntures.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data de aplicação, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo, pelas taxas praticadas no mercado, e os resultados financeiros auferidos nessas operações são reconhecidos diretamente ao resultado.

b. Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou o custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro, (ii) menos as amortizações de principal e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras", ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

d. Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente nas datas em que são originadas. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

e. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

f. Provisões, passivos e ativos contingentes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

A Administração, ao elaborar suas demonstrações contábeis, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Empresa. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;

- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Empresa. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

Não há provisões, contingências ou ativos contingentes a serem reconhecidos até a aprovação destas demonstrações financeiras.

g. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes, quando aplicável, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte. No passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em resultados abrangentes.

Não foram apuradas bases tributáveis no período de 2022 e 2023, e não foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos, pois, a companhia vem apresentando prejuízos desde a sua constituição.

h. Receitas e despesas

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

As despesas gerais administrativas são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o regime de competência e estão substancialmente relacionadas a (i) serviços prestados por terceiros; (ii) serviços advocatícios e (iii) serviços de assessoria consultoria e gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

i. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2).

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando o método indireto.

Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais receitas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas

As normas ou alterações de normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações contábeis da empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	38.870	71.830
Aplicações Financeiras - renda fixa	573.016	333.875
	<u>611.886</u>	<u>405.705</u>

6. Impostos a recuperar

A tabela a seguir apresenta os saldos de Cofins a recuperar oriundo de um pagamento em duplicidade efetuado na competência 05/2023, e o Saldo de Imposto de Renda a compensar, referente aos exercícios 2022 e 2023, decorrentes de retenção de Impostos de Renda s/ Aplicação Financeira:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS a recuperar	334	-
IRRF a compensar	175.632	168.420
	<u>175.966</u>	<u>168.420</u>

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

7. Aplicação de renda fixa - LFT

Em 31 de dezembro de 2021 e em 05 de maio de 2022, a Companhia aprovou a 1ª e 2ª emissão de Debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Nestas datas foram constituídas as garantias de cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta Escrow de titularidade da emissora.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos dos depósitos vinculados referem-se a cinco títulos públicos, LFT's, no montante de R\$ 129.524.414,93 (três títulos no montante de R\$ 114.283.802 em 2022), com vencimentos em 1º de março de 2024, em 1º de setembro de 2025, em 1º de março de 2027, em 1º de março de 2028 e 1º de março de 2029.

Em 2023 foi reconhecido um ganho de capital das aplicações LFT da conta Escrow de R\$ 15.351.164,73 (R\$ 4.164.696,62 em 2022).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Título público - LFT	<u>129.524.415</u>	<u>114.283.802</u>
	<u>129.524.415</u>	<u>114.283.802</u>

8. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF a recolher	341	115
INSS a pagar	528	485
CSRF a recolher	764	443
Pis s/ receita financeira a recolher	64.320	27
Cofins s/ receita financeira a recolher	<u>395.815</u>	<u>168</u>
	<u>461.768</u>	<u>1.238</u>

(*) CSRF se refere à retenção na fonte de Pis-Pasep, CSLL e Cofins, à alíquota de 4,65%, sobre notas fiscais de serviços tomados.

9. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 110 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 ("1ª Emissão").

Em 2 de maio de 2022 a Companhia realizou a 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 2 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 (2ª Emissão").

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

Em maio de 2022 a Companhia amortizou o valor de R\$ 559.068, referente à 1ª emissão, com recursos originados do rendimento líquido de aplicação CDI onde o montante foi aplicado durante o mês de abril de 2022.

Em 29 de agosto de 2022 a Companhia quitou antecipadamente a 2ª Emissão e amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, totalizando R\$ 4.603.563.

Em 31 de março de 2023 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 16.422.833.

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 14.934.964.

A Companhia tem a expectativa de quitar as debêntures antecipadamente com os recursos provenientes do resgate dos títulos LFT quando houver o encerramento da conta Escrow.

Descrição	Data de emissão	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração anual	Quantidade de títulos em circulação	
				31/12/2023	31/12/2022
1ª emissão	31/12/2021	110.000	IPCA + 20% aa	110.000	110.000
2ª emissão	05/05/2022	2.000	IPCA + 20% aa	-	-
				<u>110.000</u>	<u>110.000</u>

9.1. Movimentação das debêntures

	Valor		Valor
Saldo inicial em 01/01/2023	135.361.098	Saldo inicial em 01/01/2022	-
(+) Aquisição principal	-	(+) Aquisição principal	112.000.000
(+) Juros apropriados	31.062.379	(+) Juros apropriados	27.983.729
(-) Amortização juros	(31.357.797)	(-) Amortização juros	(2.622.631)
(-) Amortização principal	-	(-) Amortização principal	(2.000.000)
Saldo final em 31/12/2023	<u>135.065.679</u>	Saldo final em 31/12/2022	<u>135.361.098</u>

9.2. Composição do saldo das debêntures

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	<u>7.362.883</u>	<u>127.702.796</u>	<u>135.065.680</u>	<u>23.785.717</u>	<u>111.575.381</u>	<u>135.361.098</u>
Total	<u>7.362.883</u>	<u>127.702.796</u>	<u>135.065.680</u>	<u>23.785.717</u>	<u>111.575.381</u>	<u>135.361.098</u>

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 38.010.000,00 (R\$ 5.010.000,00 em 2022), dividido em 38.010.000,00 milhões de ações ordinárias (5.010.000,00 de ações ordinárias em 2022), todas nominativas e sem valor nominal.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

A Companhia tem como único sócio e titular de 100% das ações emitidas AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações.

Acionistas	Ações Nominativas		%
	31/12/2023	31/12/2022	
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento	38.010.000	5.010.000	100
Total	38.010.000	5.010.000	100

11. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apresentou resultado tributável para fins de registro de despesas com tributos em seu resultado, não ocorrendo também, o registro do crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a companhia estar apresentando prejuízos desde a sua constituição, sem expectativas de gerar lucro tributável.

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(16.612.623)	(16.612.623)	(24.612.557)	(24.612.557)
Adições / Exclusões temporárias	-	-	-	-
Adições / Exclusões permanentes	-	-	-	-
Lucro / (Prejuízo) fiscal após as compensações	(16.612.623)	(16.612.623)	(24.612.557)	(24.612.557)
Impostos devidos	-	-	-	-

12. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações e encargos	37.987	29.088
Serviços de terceiros	81.423	26.553
Despesas gerais	1.729	1.338.029
Tributárias	-	47.445
Total	121.139	1.441.114

13. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira, líquido de impostos	(14.718.585)	(4.896.201)
Total Receita Financeira	(14.718.585)	(4.896.201)
Despesas financeiras		
Juros incorridos s/ debêntures	31.062.379	27.983.729
Juros passivos	17	172
Outras despesas financeiras	3.241	1.118
Tarifas bancárias	144.432	82.625
Total Despesa Financeira	31.210.069	28.067.644
Total Resultado Financeiro	16.491.484	23.171.443

14. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender as necessidades dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade.

As descrições dos riscos principais da Companhia são apresentadas a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preço de mercado. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras.

Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito as contas correntes bancárias e aplicações financeiras mantendo suas transações em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado, e está representado, substancialmente, contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a pagar.

Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros com características de derivativos em 2022 e 2023.

15. Eventos subsequentes

Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 21 de março de 2024 foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), relativos à parcela não integralizada do capital social subscrita nos termos da assembleia geral extraordinária realizada em 19 de setembro de 2023.

Em ato subsequente, da mesma assembleia geral extraordinária realizada no dia 21 de março de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 36.010.000,00 (trinta e seis milhões e dez mil reais) para R\$ 66.010.000 (sessenta e seis milhões e dez mil reais), representando um aumento, portanto, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante a emissão de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. As novas ações emitidas pela Companhia foram totalmente subscritas pelo único acionista da Companhia.

No dia 28 de março de 2024 o único acionista da Companhia realizou a integralização de 16.000.000 de ações no montante de R\$ 16.000.000 (dezesseis milhões de reais).

No dia 1 de abril de 2024 a companhia realizou a amortização parcial do saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, por meio do pagamento de juros no valor de R\$ 15.921.931,76 (quinze milhões novecentos e vinte e um mil novecentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), conforme previsto na escritura da referida emissão.